

A ORGANIZAÇÃO DO TEMPO E TRABALHO NA SOCIEDADE CAPITALISTA

Ana Flávia Rotta*
Suzieli Aparecida Nascimento**

RESUMO

Este artigo se propôs a fazer uma discussão teórica sobre o tempo e o trabalho, que antes do período industrial eram determinados pela alternância do dia e da noite, pelas estações e pelos períodos de festas coletivas. O camponês pré-capitalista ou o artesão dominavam o processo produtivo e detinham a posse dos meios de produção, o que implicava controlarem o seu ritmo e tempo de trabalho. Com a ruína do sistema feudal, o trabalho se difere. Os trabalhadores passam a vender sua força de trabalho em troca de um pagamento. O tempo de trabalho e o espaço para a realização do mesmo são outros. Após analisarmos o uso do relógio, que vai permitir a mensuração da quantidade de trabalho em horas, condicionando os trabalhadores a uma disciplina constante. A própria atividade laborativa exigirá disciplina na execução de tarefas mecanicamente repetitivas. Por último, descreveremos o advento do estudo da Administração Científica. Essa nova disciplina objetivava substituir o ritmo natural de trabalho do operário e sua escolha quanto aos meios de chegar ao resultado por um conjunto de regras impositivas de sistemas de trabalho. Tais regras tinham como premissa o controle em todas as variáveis do processo de trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Tempo e trabalho; Revolução Industrial; Administração Científica.

ABSTRACT

This paper set out to do a theoretical discussion of time and work, that before the industrial period were determined by the alternation of day and night, the seasons and the periods of collective parties. The pre-capitalist peasant or artisan dominated the production process and held ownership of the means of production, which implied control their pace and working time. With the ruin of the feudal system, the work differs. Workers start to sell their labor power in exchange for a payment. The working time and the space for its realization are others. After analyze the use of the watch, which will allow the measurement of the amount of work in hours, affecting workers at a constant discipline. The own labor activity will require discipline in implementing mechanically repetitive tasks. Finally, we describe the advent of the study of Scientific Management. This new discipline aimed replace the natural pace of work of the workers and their choice of ways to get to the result of a set of rules impositive of work systems. These rules have been premised on the control variables in all of the work process.

KEYWORDS: Time and work; Industrial Revolution; Scientific Management.

* Graduada em Psicologia pela Faculdade União de Campo Mourão - UNICAMPO

**Graduada em Psicologia pela Faculdade União de Campo Mourão - UNICAMPO

INTRODUÇÃO

Na Idade Média, a administração do tempo ficava incumbida à Igreja, que o concebia como propriedade restrita a Deus e, portanto, qualquer forma de apoderar-se do tempo pelo homem, como, para a obtenção de lucros, era condenável. Mas, posteriormente, verifica-se que essa dominação do tempo realizada pela Igreja colidiu com as transformações nas relações econômicas vivenciadas no período (BRAGA; CANÔAS, 2010).

Nesse contexto, de acordo com Le Goff (1979) da mesma forma que o camponês, o mercador está submetido, na sua atividade profissional, “[...] em primeiro lugar ao tempo meteorológico, ao ciclo das estações, à imprevisibilidade das intempéries e dos cataclismos naturais”. Neste aspecto, e durante muito tempo, ele só necessitou ser submetido à ordem da natureza e de Deus e só teve como meio de atuação, a oração e as práticas supersticiosas. Mas a partir do momento em que se organiza uma rede comercial, o tempo torna-se objeto de medida (citado por BRAGA; CANÔAS, 2010, p. 1).

Esta realidade modifica-se com o aparecimento do capitalismo que acabou com a ideia de trabalho voltado ao atendimento de necessidades, realizado na própria residência do trabalhador. A partir do século XVI, inicia-se um processo de extensão da jornada de trabalho, que atinge o ápice no final do século XVIII e início do século XIX. Com isso, o operário perde completamente o controle sobre seu dia de trabalho. Há uma eliminação do trabalho orientado por costumes, tradições, ou experiências. O tempo nas sociedades industriais foi descoberto como fator de produção, ou seja, valor que pode ser expresso em termos econômicos.

O capitalismo, portanto, mudou o próprio conceito de tempo criando um controle interno dos trabalhadores, advindo com a fabricação dos relógios, os primeiros instrumentos de controle e disciplina, a fim de possibilitar a autodisciplina individual. Foi assim que a vida passou a ser desassociada do trabalho.

A partir da consideração realizada acima e do tema geral: tempo e trabalho, o presente artigo tem por objetivo investigar a significação do tempo para o homem da sociedade ocidental. Analisaremos a medição do tempo como meio de exploração da mão-de-obra e a consequente imposição de uma nova disciplina de tempo e formação de novos hábitos de vida. O foco é direcionado ao período da Revolução Industrial Inglesa

e ao advento da Teoria Científica da Administração, uma vez que estes acontecimentos históricos foram o palco de inúmeras mudanças políticas, sociais e econômicas que afetaram toda uma concepção de mundo e de tempo preexistente nos mais diversos grupos sociais.

Para a concretização do estudo, recorreremos à pesquisa bibliográfica, que proporcionou a compreensão de categorias de estudo como tempo e trabalho. Com a utilização da bibliografia pertinente, abordamos o tempo e trabalho na primeira fase da Revolução Industrial com o advento da sociedade disciplinar e na Teoria Científica da Administração.

Aquino (2008) relata que para o artesão anteriormente à Revolução Industrial não havia distinção entre seu *atelier* e sua casa, ou seja, sua vida de trabalho e sua vida em família eram únicas. Entretanto, com o surgimento das fábricas, os trabalhadores tinham que aprender a diferenciação espacial e temporal. O grupo *Échanget Projets* (1980), comenta que:

Toda a história da industrialização será uma luta de patrões por controlar o tempo dos seus empregados, inclusive o tempo fora do trabalho. Ocorra o que ocorra, é necessário induzir os trabalhadores a reservar todas as suas energias à produção e, por isso, incutir neles os valores produtivistas: assiduidade, pontualidade e manutenção do esforço (citado por AQUINO, 2010, p. 6).

Com a industrialização, surge também a jornada de trabalho, e o tempo pode então ser visto como núcleo do sistema capitalista em assunção, em que, por sua vez, irá determinar a remuneração dos trabalhadores. O trabalho passa a apresentar uma distância entre o espaço social e o espaço privado (AQUINO, 2010).

Segundo Chanlat (1996), a industrialização faz nascer um novo sistema produtivo e um novo meio de produção, a fábrica, que, ao mesmo tempo em que representa um novo espaço no qual se desenvolve a atividade laboral, modifica profundamente o tempo social dos trabalhadores, que agora, encontram-se marcados pela necessidade da sincronização exigida pelas máquinas e pelo limite da jornada de trabalho (normalmente,

todos começam e terminam o trabalho simultaneamente, da mesma forma que todos param juntos para o almoço).

Com a Revolução Industrial, grande parte de trabalhadores oriundos das áreas agrícolas, necessitava ser disciplinada para poder produzir o máximo que podiam a seus patrões. Na passagem da manufatura para o espaço fabril, Thompson (2008), descreve um poema do século XVII, sobre a irregularidade geral da semana do trabalho:

Sabemos que a segunda-feira é irmã do domingo;
A terça também;
Na quarta-feira temos que ir à igreja e rezar;
A quinta-feira é meio feriado;
Na sexta-feira é tarde demais para começar a fiar;
O sábado é outra vez meio-feriado (THOMPSON, 2005, p. 281).

Diante dos aspectos do poema citado acima, pode-se perceber, de acordo com Thompson (2005), que anteriormente à introdução da indústria, não havia uma regularização ou uma obediência com relação ao tempo de trabalho que era gerido em escala doméstica ou nas pequenas oficinas. Nesse sentido, “o padrão de trabalho sempre alternava momentos de atividade intensa e de ociosidade quando os homens detinham o controle de sua vida produtiva” (p. 282). Eram poucos os ofícios que não respeitavam a “Sexta-Feira Santa”, e as segundas-feiras eram rotineiramente destinadas ao repouso, como os sábados e os domingos. “Onde o costume estava profundamente estabelecido, a segunda-feira era o dia reservado para fazer compras e para os negócios pessoais” (p. 283), e a maior parte do trabalho era executada no meio da semana.

Thompson (2005) cita o ditado francês “*le dimanche est le jour de la famille, le lundi celui de l'amitié* (o domingo é o dia da família, a segunda-feira o da amizade)” (p. 283). Contudo, no decorrer do século XIX, a celebração desse dia tornou-se uma espécie de benefício de status do artesão mais bem pago.

Neste mesmo processo, os trabalhadores detinham o domínio sobre seu tempo, organizando-se pelas tarefas que realizavam e segundo suas necessidades. Nesse momento, o trabalho e vida encontram-se indissociáveis, sendo corrompidos pelo processo artificial e de separação provocada pelo controle abstrato do tempo na era do capital industrial na Revolução Industrial, isto é, os trabalhadores que se apropriavam do

ofício para justificar seus dias e horas trabalhadas, teriam que aderir a um novo controle de horas de trabalho impostas pelas necessidades gerais, submetidas a uma lógica (a lógica do patrão) alheia a eles, não mais baseadas em seus trabalhos e necessidades individuais. A partir de então, o tempo deixava de ser um aliado para tornar-se um inimigo contra o qual o trabalhador lutava a fim de livrar-se de seu trabalho (THOMPSON, 2005).

Para tanto, e simultaneamente, os mecanismos de aferição do tempo são aperfeiçoados, através do desenvolvimento da tecnologia usada nos relógios (portáteis e não portáteis). Após o ano de 1790, havia muitos relógios no país. O símbolo de "luxo" mudou para a "conveniência" da sincronização do trabalho. Com isso, o relógio passou a regular o ritmo de vida industrial, levando de modo direto e indireto à aparição de certos comportamentos e de algumas concepções em relação ao tempo, modificando, desta forma, não somente o tempo do trabalhador, mas também o de sua família e da comunidade local em sua totalidade. Contudo, o relógio foi uma das mais novas necessidades que o capitalismo industrial dispunha para impulsionar o seu avanço (THOMPSON, 2005).

Com a contratação de mão de obra real, torna-se aparente a mudança do trabalho orientado por tarefas para o trabalho de horário marcado. O empregador cuidaria então para que o tempo de sua mão de obra não fosse perdido, porque agora, o que se destaca não é a tarefa, mas o valor do tempo reduzido a dinheiro:

Aqueles que são contratados experienciam uma distinção entre o tempo do empregador e o seu "próprio" tempo. E o empregador deve usar o tempo de sua mão-de-obra e cuidar para que não seja desperdiçado: o que predomina não é a tarefa, mas o valor do tempo quando reduzem a dinheiro. O tempo agora é moeda: ninguém passa o tempo, e sim o gasta (THOMPSON, 2005, p. 272).

De acordo com Thompson (2005), com essa reestruturação do tempo, as horas ociosas dos trabalhadores eram associadas a não produtividade. Portanto, todo o tempo deve ser consumido, negociado, utilizado; é uma ofensa que a força de trabalho meramente "passe o tempo". Contudo, o autor identificou que o controle do ócio foi um importante aliado ao progresso do capitalismo.

No período da primeira Revolução Industrial, a duração de um dia de trabalho variava em média de 15 horas a 17 horas por dia. O capitalista, como detinha a propriedade dos meios de produção e a posse do processo de trabalho, procura nesse momento, ampliar a jornada ao máximo de tempo. Homens, mulheres e até crianças trabalhavam exaustivamente, em lugares insalubres. Ainda sim, perante a essa exploração, os patrões, nesse período, utilizavam pouco da capacidade de produtividade que cada trabalhador continha. Vários funcionários se reuniam e desempenhavam funções aleatórias que limitavam o aperfeiçoamento técnico de cada trabalhador (BRAGA; CANÔAS, 2010).

O nascimento da Revolução Industrial na Europa demandava uma economia das ações e do tempo; para tanto, era preciso uma disciplinarização do corpo, no sentido de torná-lo dócil e apto ao sistema de produção. A análise dessa disciplina do poder é muito bem encontrada na obra Vigiar e Punir. Aqui, Foucault dirá:

Uma ‘anatomia política’, que é igualmente uma ‘mecânica do poder’, está nascendo; ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina (FOUCAULT, 1987, p. 131).

O principal objetivo da disciplina é tornar o sujeito mais útil, quanto se torna mais produtivo e mais “dócil”, disciplinados e domesticados. Sua utilidade está justamente em ser dócil e produtivo, utilizando de suas habilidades para manter o sistema funcionando, sem questionamentos. A disciplina dos séculos XVII e XVIII é diferente de todo o tipo de massificação anteriormente aplicado, fugindo dos princípios de escravização e de domesticidade das épocas clássicas. Ela fabrica corpos dóceis, submissos, especializados e capazes de desempenhar inúmeras funções, aumentando sua força em termos econômicos e diminuindo a resistência que o corpo pode oferecer ao poder que o domina, ou seja, o burguês (FOUCAULT, 1987).

Ao reorganizar o espaço, era possível controlar cada trabalhador de forma individual, pois era possível saber onde cada um estava e o que estava produzindo. Além disso, era possível comparar um trabalhador com outro. Porém, ao reorganizar o tempo é que se tinha um verdadeiro aumento da produção. Para Foucault (1987, p.175), o tempo

tem três grandes processos: “estabelecer as cesuras, obrigar as ocupações determinadas, e regulamentar os ciclos de repetição”. O tempo é dividido de forma cada vez mais precisa, tanto em horas quanto em minutos e segundos, e as atividades devem ser feitas imediatamente e no tempo previsto.

Mas procura-se também garantir a qualidade do tempo empregado: controle ininterrupto, pressão dos fiscais, anulação de tudo o que possa perturbar e distrair: trata-se de constituir um tempo integralmente útil. “É expressamente proibido durante o trabalho divertir os companheiros com gestos de outra maneira, fazer qualquer brincadeira, comer, dormir, contar histórias e comédias [e mesmo durante a interrupção para a refeição], não será permitido contar histórias, aventuras ou outras conversações que distraiam os operários de seu trabalho; é expressamente proibido a qualquer operário [...] beber nas oficinas” (FOUCAULT, 1987, p.175-176).

O ócio e o tempo livre começaram a ser combatidos a partir da Revolução Industrial. O tempo é medido e passa a ser pago, mas o valor é definido pela qualidade desse tempo. Porém, Foucault (1987) diz que isso não é apenas a imposição de um horário, mas também uma forma de impor ritmos à atividade, já que o tempo gasto de forma útil potencializa a produção, e o tempo dito perdido causa prejuízos. Ou seja: o tempo passa a ter valor, e se torna uma espécie de bem para a sociedade capitalista.

É proibido perder um tempo que é contado por Deus e pago pelos homens; o horário devia conjurar o perigo de desperdiçar tempo – erro moral e desonestidade econômica. Já a Disciplina organiza uma economia positiva; coloca o princípio de uma utilização teoricamente sempre crescente do tempo; [...] importa extrair do tempo sempre mais instantes disponíveis e de cada instante sempre mais forças úteis (FOUCAULT, 1987, p.179).

A disciplina não utilizará os dispositivos de violência para fazer valer o seu poder e autoridade, mas sim, precederá principalmente na distribuição correta dos indivíduos no espaço, visando acabar com comunicações perigosas e permitindo criar espaços úteis; no controle da atividade, utilizando corretamente o tempo, estabelecendo horários rígidos de trabalho, sempre repetitivos e constantes; e por último, no modo de vigiar e registrar continuamente o indivíduo e sua conduta. Assim, sua função é a de moldar

corpos para fins e objetivos de transformação do homem em “máquina”, buscando à todo custo a melhoria de seu desempenho (FOUCAULT, 1987).

Diante desse novo paradigma, ao final do século XVIII, os trabalhadores se encontrarão reunidos em um mesmo galpão sobre a vigilância de um inspetor ou do próprio patrão. O relógio passa a delimitar o tempo, sendo colocado em um ponto alto da fábrica onde todos possam ver as horas (FOUCAULT, 1987).

Pode-se observar essa vigilância no espaço da fábrica descrita por Foucault sob a forma do ‘quadriculamento individualizante’, que aparece nas fábricas no fim do século XVIII. Este se constitui pela fixação de cada indivíduo em um determinado espaço, estando sujeito a um olhar de avaliação e registro, tendo um trabalho específico a fazer. Via-se tanto a produção do grupo quanto a do indivíduo em particular, permitindo comparar os trabalhadores entre si. Com relação a isto, Foucault (1987), escreve:

Percorrendo-se o corredor central da oficina, é possível realizar uma vigilância ao mesmo tempo geral e individual; constatar a presença, a aplicação do operário, a qualidade de seu trabalho; comparar os operários entre si, classificá-los segundo sua habilidade e rapidez; acompanhar os sucessivos estágios da fabricação. Todas essas seriações formam um quadriculado permanente: as confusões se desfazem; a produção se divide e o processo de trabalho se articula por um lado segundo suas fases, estágios ou operações elementares, e por outro, segundo os indivíduos que o efetuam, os corpos singulares que a ele são aplicados [...] (p. 171).

Havia um controle do tempo e do espaço nas fábricas em que todos eram vigiados para que a produção atingisse cada vez mais níveis superiores, e o trabalhador, por sua vez, exercesse suas atividades com mais rapidez e eficiência. O medo de ser punido caso exibissem um comportamento inadequado, fazia com que os operários trabalhassem horas seguidas em um sistema repetitivo, obedecendo a uma padronização de seus comportamentos. Para isto, foram divididos em espaços específicos, sob uma vigilância constante, hierarquizados por suas habilidades, obedecendo sempre o ritmo do relógio exaustivamente decomposto, procurando intensificar o uso do mínimo instante, para tanto, poder-se acelerar uma operação, ou pelo menos regulá-la segundo um rendimento ótimo de velocidade (FOUCAULT, 1987).

O capitalismo iniciou sua jornada em meados do século XVI, reunindo operários em fábricas e se apoderando dos resultados produtivos da atividade laborativa desses trabalhadores. Sua lógica fundamental foi a decomposição do ofício do artesão em diversas etapas, distribuindo cada pequeno movimento a um trabalhador diferente, em busca de produtividade. Esse fenômeno foi denominado por Marx (1996) de divisão manufatureira do trabalho (citado por TRINDADE, 2012).

De acordo com Trindade (2012), simultaneamente ao emprego desse sistema de divisão de trabalho, ocorreu um momento de impasse nas empresas capitalistas. Afinal, “estar o trabalhador à disposição da fábrica por determinado período não significava que o mesmo estivesse realizando trabalho durante a totalidade do período” (p. 13). A divisão manufatureira do trabalho auxiliou a otimização do tempo no trabalho, entretanto, não proporcionou total controle do capital sobre os movimentos do trabalhador.

Diante disto, Frederick W. Taylor, durante a época de 1883 a 1929, apresentou uma alternativa de controle dos tempos e movimentos exercidos pelo trabalhador na fábrica, a qual batizou de “Administração Científica”. Sua contribuição aos donos de fábricas consistia-se na invenção de técnicas e métodos de organização do trabalho apresentadas no intuito de eliminar o desperdício e perdas sofridas pelas indústrias devido à ociosidade do trabalhador, e com isso, elevar ainda mais os níveis de produtividade alcançados com a divisão manufatureira do trabalho (TRINDADE, 2012).

Em decorrência da longa luta de classes (burguesia e proletariado), o Estado intervém na regulação das relações do capital e trabalho, limitando o tempo da atividade laboral. A partir desse ponto, nota-se uma intensificação do ritmo de trabalho. Diante disto, nasce a organização científica do trabalho, que se produz nos Estados Unidos no fim do século XIX e no início do século XX, sob a influência de Taylor, universalmente considerado o pai da Administração Científica, que soube gerir a partir de seus estudos, a substituição do uso extensivo da mão-de-obra para o uso intensivo (BRAGA; CANÔAS, 2010).

Taylor foi então o iniciador da eficiência industrial. No século XX, ele começou a trabalhar em indústrias e a ser promovido, por colaborar para aumentar a produtividade.

Ele percebeu que, quando as indústrias pagavam seus funcionários por peça, esses funcionários se organizavam e não falavam para os chefes qual a capacidade de produção real, e produziam pouco, achando que assim estavam garantindo que nunca faltasse trabalho (TAYLOR, 1990).

Então, em 1881, Taylor começou seu Estudo dos Tempos, enquanto que seu companheiro Gilbreth desenvolveu o Estudo dos Movimentos, para criar formas de melhor aproveitamento do tempo e que aumentassem a produção. Sua primeira proposta era também a de diminuir a condição injusta de trabalho dos funcionários. Por isso, o princípio mais importante da sua forma de Administração Científica era: garantir o máximo de prosperidade para o patrão e para o empregado. Porém, na prática não era isso que se observava, o que acabou contribuindo ainda para as greves e lutas de classe (TAYLOR, 1990).

Em todo o percurso da vida procurou sempre introduzir nos trabalhos que estavam à sua direção métodos de observação e experimentação que dessem como consequência melhoria das condições do rendimento do trabalho, quanto ao aumento da produtividade dos operadores (TAYLOR, 1990, p. 13).

Para Taylor (1990), a principal causa da produção lenta é a vadiagem no trabalho. Como já citado, os trabalhadores produziam no ritmo mais lento que conseguiam, já que recebiam por dia de trabalho, independente de quanto conseguissem produzir. Quando um trabalhador novo chegava à fábrica, era alertado por seus colegas para que trabalhasse lentamente, produzindo apenas o necessário. Taylor, que na época era apenas um operário, percebeu que essa atitude era ruim tanto para os trabalhadores quanto para os patrões, e por isso foi falar com a chefia, para remodelar esse sistema de pagamento por dia, substituindo pelo pagamento por peça. Nesse momento, se tornou importante produzir o máximo possível dentro do tempo de trabalho, pois aumentar a produção significava aumentar os salários.

Taylor pensava que a vadiagem no trabalho “é o maior perigo que aflige as classes trabalhadoras” (TAYLOR, 1990, p. 26), entretanto, se fosse possível diminuí-la, seria possível aumentar a produção e vender mais. Além disso, dizia que as causas da vadiagem são: o erro de achar que mais rendimento gera desemprego; o sistema

administrativo empírico, que precisava ser substituído por um método científico de administração; e os movimentos empíricos ineficientes, com os quais o operário desperdiça esforço e, especialmente, tempo.

Em seus estudos sobre Tempos e Movimentos, Taylor também aponta que havia muita ignorância dos administradores sobre o tempo necessário para a execução de serviços, e que, quando o chefe não sabe dos tempos necessários para realizar o trabalho, os funcionários podem enganá-lo e trabalhar menos do que poderiam. Isso tem duas causas: a indolência natural, que é o instinto natural do homem de fazer sempre o menor esforço, e a indolência sistemática, que é a ideia confusa de que o homem deve abaixar seu rendimento para ser igual aos outros. Entretanto, os chefes podem eliminar isso se conhecerem adequadamente o trabalho, e se aprenderem a ter confiança e recompensar os funcionários que trabalham e produzem o máximo possível (TAYLOR, 1990).

Taylor desenvolveu técnicas de racionalização do trabalho operário e analisou e controlou o tempo e o movimento do homem e da máquina em cada tarefa, para aperfeiçoá-los e racionalizá-los gradativamente. Com base na ideia de que a eficiência aumenta com a especialização, e não com a maximização do esforço, Taylor dividiu o trabalho e limitou cientificamente cada operário à execução de uma tarefa de acordo com suas aptidões, para que, em seguida, pudesse treiná-lo, instruí-lo e desenvolvê-lo (MAXIMIANO, 2004).

Para aumentar a eficiência e produtividade, Taylor (1990) defendeu a substituição dos métodos empíricos, isto é, aqueles que não poderiam ser controlados por meio de dados estatísticos e numéricos, pelos métodos científicos, de modo que, dessem conta de conseguir:

[...] economia de tempo e o consequente acréscimo de rendimento, possíveis de obter pela eliminação de movimentos desnecessários e substituição de movimentos lentos e ineficientes por movimentos rápidos em todos os ofícios [...] (TAYLOR, 1990, p.3).

Já no século XX, quando Taylor concluía seus estudos sobre o Tempo, surge o pesquisador Henry Ford, que desenvolveu um novo modelo de produção, semelhante ao Taylorismo, conhecido como Fordismo. Ford percebeu que, ainda que fosse possível controlar e utilizar da melhor forma o tempo gasto na produção, o trabalhador ainda perdia muito tempo ao precisar se deslocar dentro da fábrica para ir atrás de materiais ou ferramentas. Por isso, sua proposta foi a de criar uma “linha de montagem”, na qual havia uma espécie de esteira, e os elementos que seriam utilizados pelo trabalhador viriam até ele, que não precisaria mais gastar tempo com deslocamentos (HELOANI, 2002).

O resultado destas normas é a economia de pensamento e a redução ao mínimo dos movimentos do operário, que, sendo possível, deve fazer sempre uma só coisa com um só movimento. [...] Entretanto, o fordismo não se limitará apenas à questão disciplinar no interior da fábrica. Ele incorporará um projeto social de ‘melhoria das condições de vida do trabalhador’. [...] O projeto social fordista se revela um projeto político que visava assimilar o saber e a percepção política do trabalhador para a organização (HELOANI, 2002, p.45-46).

Mas, mesmo com o aumento dos salários, que fazia com que a maioria dos trabalhadores aceitasse a dominação impostas pelas Disciplinas, esse controle de tempos e movimentos não conseguia ser passados para todos os trabalhadores, então Ford propôs que as empresas também incorporassem programas sociais (como aposentadoria e auxílios econômicos), para que o trabalhador sentisse que era respeitado dentro da organização, e assim voltasse a produzir de acordo com a demanda e o ritmo exigido (HELOANI, 2002).

Ford redefine a relação trabalho-capital como sendo de sociedade. [...] Também, segundo Ford, os salários deveriam ser proporcionais à produtividade e isso levaria à prosperidade. [...] O aumento geral da produtividade, ao ser repassado para os salários, permitiria o aumento do consumo e do investimento. Desse modo, o fordismo se converte em um projeto de regulação da economia (HELOANI, 2002, p.48).

Ao inserir as esteiras e a linha de montagem, Ford delimita ainda mais o tempo necessário para as atividades, pois agora, além do tempo da tarefa já ser cronometrado, não havia mais o tempo de deslocamento, vadiagem, ou tempo para qualquer outra

atividade. Ao se distrair ou realizar uma atividade que não estava cronometrada, a máquina não esperava e continuava passando para frente o serviço, que, com atrasos consecutivos, atrapalhava toda a produção. Cada trabalhador era agora responsável por uma parte muito específica da produção, e o seu trabalho era repetitivo, pois consistia em realizar movimentos semelhantes durante toda a jornada de trabalho. Porém, isso intensificou o controle do tempo e a sua importância. Ao atrasar o trabalho, o funcionário atrasava também o trabalho dos colegas que vinha depois dele na esteira. Isso, além de delimitar a percepção do tempo de trabalho, ainda fez com que os funcionários desenvolvessem responsabilidade, tanto pelo seu trabalho quanto pelo tempo de trabalho dos colegas (TAYLOR, 1990; HELOANI, 2002).

O taylorismo, com sua proposta de gestão do tempo e do movimento, foi a primeira tentativa de administração da percepção dos trabalhadores:

O projeto de domínio, através de reprocessamento da percepção no espaço produtivo, foi se aprimorando sucessivamente até dar origem ao projeto fordista de repasse da produtividade aos salários, para gerar a sociedade de consumo de massa. No interior da fábrica, a proposta de linha de montagem convive com a alienação e a repressão política (HELOANI, 2002, p.7).

As empresas elaboram uma nova forma de gestão, visando criar harmonia, aumentando a autonomia dos trabalhadores ao mesmo tempo em que desenvolvia formas de controle mais sutis. Dessa forma, a organização se torna uma espécie de “mãe protetora, e ao mesmo tempo opressiva” (HELOANI, 2002, p.8).

Assim, o padrão de acumulação Taylorista-Fordista se pautou no controle rígido dos tempos e dos movimentos dos operários dentro do processo produtivo, buscando aumentar a eficiência produtiva. Houve a separação entre a função de concepção, e de execução, designadas respectivamente aos gerentes e aos operários. O treinamento, a especialização e o controle seriam as ferramentas básicas que concederiam a alta produtividade da indústria, acrescentadas à intensidade do trabalho, sem carecer do aumento da jornada (BRAGA; CANÔAS, 2010).

As origens da regulação temporal precisa do dia talvez se encontrem no badalar do sino do mosteiro, mas é na esfera do trabalho que sua influência se enraizou de tal maneira que se propagou à sociedade como um todo. Assim, ao explorar as dimensões sociais com que os homens revestem o tempo, alcança-se uma oportunidade privilegiada para a investigação de toda uma sociedade ou uma época.

Como vimos, a atividade produtiva pré-capitalista, impregnada pelo ócio, se caracterizava por ser menos concentrada, ou seja, menos intensiva do que atualmente. Uma atividade autodeterminada, sem a pressão da concorrência, das máquinas, e dos patrões, revelando o ritmo “natural” do ser humano. Entretanto, com a industrialização, não mais se percebe esse modo de agir. Sob a imposição da concorrência de mercados anônimos, a jornada de trabalho moderna tornou-se mais condensada, primeiramente, pelo ritmo mecânico das máquinas, depois, pela intensificação do trabalho, que se deu através da chamada racionalização.

Desde que Taylor desenvolveu no começo do século XX a “ciência do trabalho”, empregada pela primeira vez em larga escala nas fábricas de automóveis de Henry Ford, os métodos dessa “racionalização de tempo” não pararam de se refinar e se introduziram profundamente no corpo social.

Essa lógica tem como resultado a adesão cada vez maior do fluxo temporal abstrato, que começou com a ruína do sistema feudal, onde os trabalhadores se viram inseridos em outra rotina artificialmente projetada e coercitivamente imposta e monitorada. Trata-se, portanto, a partir daquele momento, de um sistema de aceleração permanente e sem sentido, sendo levado pela força do vazio da velocidade, o que prevalece nos dias de hoje.

A partir do imperativo ‘tempo é dinheiro’, aquele passa a ser considerado uma mercadoria, é reificado, não é tratado como uma condição vivida, mas de modo objetivo, quantitativo, servindo também como forma de controle.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AQUINO, C. A. D. de. O tempo como substancialidade do trabalho: o tempo industrial e o tempo de trabalho. **Revista do Labor**, v.16, n.1, 2010.

BRAGA, A. M., CANÔAS, J. W. **O Tempo de trabalho no capitalismo**. *Anais do curso de Serviço Social da Universidade Estadual Paulista*. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 2010.

CHANLAT, J. F. **O indivíduo na organização: dimensões esquecidas**. São Paulo: Atlas, 1996.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987.

HELOANI, J. R. **Organização do trabalho e administração: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: Cortez, 2002.

LOURENÇO, M. L. O tempo de trabalho em sua dimensão subjetiva. **Estudos de Psicologia**, v.16, n.1, 2010.

MAXIMIANO, A. C. A. **Fundamentos de administração: manual compacto para cursos de formação tecnológica e sequenciais**. São Paulo: Atlas, 2004.

TAYLOR, F. W. **Princípios de Administração Científica**. São Paulo: Atlas, 1990.

THOMPSON, E. P. Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial. In: **Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

TRINDADE, F. E. **Administração científica de Taylor e as novas formas de organização do trabalho**. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal de Santa Catarina – Programa de Pós-Graduação em Administração, Florianópolis, 2012.